

# Sumário

---

*Prefácio*, xv

*Nota à 5ª edição* – “Estado eficiente como indispensável à efetiva garantia dos direitos do consumidor”, xvii

## **Parte I – CDC, Contrato e Direito Fundamental do Consumidor, 1**

### **1 Do direito contratual e o CDC, 3**

- 1.1 Da evolução da ideia de contrato, 3
- 1.2 A ideia de contrato adotada pelo liberalismo, 4
- 1.3 A autonomia da vontade, 6
  - 1.3.1 A autonomia da vontade no Direito Contemporâneo – o dirigismo contratual, 8
- 1.4 O CDC e a nova realidade contratual, 11
- 1.5 O direito do consumidor como direito fundamental e a função social do contrato, 11
- 1.6 O CDC e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, 14
- 1.7 Direito fundamental do consumidor e proteção de dados, 15
  - 1.7.1 Sobre o cadastro positivo, 17
  - 1.7.2 Sigilo telefônico, 18
- 1.8 O CDC como microsistema jurídico do direito fundamental do consumidor, 20
  - 1.8.1 O microsistema do CDC e as leis especiais, 20
- 1.9 Lei nova de consumo e o ato jurídico perfeito, 23
  - 1.9.1 Lei nova e os contratos com efeitos futuros, 24
  - 1.9.2 Da exceção admitida pelo STF e STJ, 26
- 1.10 Da competência dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito do consumidor, 27

## **2 A relação jurídica de consumo, 31**

- 2.1 Nota prévia. Relação de consumo, consumo sustentável e aquecimento global, 31
- 2.2 A relação de consumo, 33
- 2.3 O consumidor, 35
- 2.4 A pessoa jurídica como consumidora, 36
  - 2.4.1 O STJ e a flexibilização do conceito da teoria finalista, 41
- 2.5 O conceito de consumidor equiparado, 42
  - 2.5.1 Do consumidor equiparado do parágrafo único do art. 2º do CDC, 42
  - 2.5.2 Do consumidor equiparado do art. 29 do CDC, 44
  - 2.5.3 Das vítimas do acidente de consumo, 47
- 2.6 O fornecedor, 48
  - 2.6.1 O Estado enquanto fornecedor equiparado?, 50
  - 2.6.2 A instituição financeira enquanto fornecedora, 54
- 2.7 Relação de consumo e operações bancárias, 56

## **3 A boa-fé nas relações de consumo, 58**

- 3.1 Princípio da boa-fé, 58
- 3.2 Uma advertência quanto ao recurso à boa-fé, 63
  - 3.2.1 Critérios identificadores da violação da boa-fé, 64
- 3.3 A boa-fé e o dever de informação do fornecedor, 66
- 3.4 Do direito à informação e à vinculação da “oferta” na mensagem publicitária, 68
- 3.5 Do dever de informação e da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, 70
- 3.6 Considerações sobre a publicidade enganosa e a publicidade abusiva, 72
  - 3.6.1 A publicidade destinada ao público infantil, 77

## **Parte II – Da Proteção Contratual ao Consumidor, 79**

### **4 Da proteção contratual ao consumidor, 81**

- 4.1 Particularidades da proteção contratual do consumidor, 81
  - 4.1.1 Do direito de arrependimento, 81
  - 4.1.2 Contratação eletrônica e direito de arrependimento, 83
  - 4.1.3 Dos efeitos decorrentes do exercício do direito de arrependimento, 84
- 4.2 Da restituição em dobro, 86
- 4.3 Da venda casada, 88
- 4.4 O controle da cláusula-preço no CDC, 89
  - 4.4.1 A revisão da cláusula-preço em razão da prestação desproporcional, 90
  - 4.4.2 Do ressurgimento da lesão no direito brasileiro, 92
  - 4.4.3 Uma breve nota histórica sobre a revisão/resolução do contrato por fato superveniente, 94
- 4.5 Da aplicação da correção monetária nos contratos de consumo, 101
  - 4.5.1 A função da aplicação da correção monetária às relações de consumo e de sua limitação temporal, 102
  - 4.5.2 Dos contratos-padrão de massa e a efetividade do reajuste anual, 104

## 5 Cláusulas abusivas no CDC, 108

- 5.1 As nulidades no CDC, 108
- 5.2 A Súmula 381 do STJ e a nova orientação jurisprudencial sobre a declaração de ofício das cláusulas abusivas, 110
- 5.3 Nulidade, conservação do contrato e mora nas relações de consumo, 111
  - 5.3.1 A conservação do contrato (art. 51, § 2º), 112
  - 5.3.2 Dos efeitos da mora do consumidor nas relações de consumo, 115
- 5.4 O rol exemplificativo e as cláusulas gerais do art. 51, 120
- 5.5 Cláusula geral da boa-fé objetiva, 122
- 5.6 A cláusula geral da lesão enorme, 124
- 5.7 Da cláusula geral da equidade, 125
- 5.8 As nulidades exemplificadas e os contratos paritários e de adesão, 126
- 5.9 As nulidades expressas do art. 51, 129
  - 5.9.1 A cláusula de decaimento e o reembolso da quantia já paga, 132
  - 5.9.2 Transferência de responsabilidade a terceiros, 133
  - 5.9.3 Estabelecimento da inversão do ônus da prova, 134
  - 5.9.4 Utilização compulsória da arbitragem, 135
  - 5.9.5 A cláusula-mandato, 138
  - 5.9.6 Opção de conclusão do negócio, 139
  - 5.9.7 Alteração unilateral do preço, 141
  - 5.9.8 A modificação do conteúdo e o cancelamento unilateral do contrato, 142
  - 5.9.9 Ressarcimento de custos de cobrança, 144
  - 5.9.10 Renúncia do direito de indenização por benfeitorias, 145
  - 5.9.11 Cláusulas em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor, 147
- 5.10 O contrato de financiamento, 148
  - 5.10.1 Das tarifas bancárias padronizadas e do custo efetivo total dos financiamentos, 149
  - 5.10.2 Sobre o montante dos juros cobrados por instituições não bancárias, 150
  - 5.10.3 Limite para os bancos depois do julgamento da Adin 2.591, 152
  - 5.10.4 A cláusula de decaimento na alienação fiduciária em garantia, 155

## Parte III – Da Responsabilidade Civil do Fornecedor, 161

### 6 Responsabilidade civil no CDC, 163

- 6.1 O instituto da responsabilidade civil, 163
- 6.2 Do dano *justificado* e *injustificado* e a responsabilidade civil como instituto de distribuição de riscos, 164
- 6.3 Funções da responsabilidade civil, 165
- 6.4 Da prova do dano em relações de consumo, 168
  - 6.4.1 Do dano moral, 168
  - 6.4.2 O *descaso* como dano moral, 171
- 6.5 O nexo de causalidade como limitador do risco, 172

- 6.5.1 Do defeito do produto ou serviço como nexos causal, 173
- 6.6 A responsabilidade objetiva do fabricante/fornecedor, 177
- 6.7 A responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, 179
- 6.8 O responsável pelo fato do produto, 182
- 6.9 Da responsabilidade subsidiária do comerciante, 183
- 6.10 Da responsabilidade solidária prevista no § 2º do art. 25 do CDC, 184
- 6.11 Espécies de defeitos que autorizam a responsabilidade objetiva pelo fato do produto, 185
  - 6.11.1 Defeito de concepção e fabricação, 185
  - 6.11.2 Defeito de informação, 187
  - 6.11.3 O defeito de concepção e o risco do desenvolvimento do produto, 188
- 6.12 A responsabilidade pelo fato do serviço, 192
- 6.13 A responsabilidade pelo fato do serviço do profissional liberal, 193
  - 6.13.1 Particularidade quanto à responsabilidade objetiva dos hospitais por erro médico, 197
- 6.14 Aspectos da responsabilidade dos provedores de Internet, 199
  - 6.14.1 Provedor de acesso, conteúdo e hospedagem, 199
  - 6.14.2 Da responsabilidade do provedor de hospedagem, 200
  - 6.14.3 Da responsabilização dos provedores de hospedagem e de acesso, 201
  - 6.14.4 Entendimento do STJ sobre a obrigação de indenizar do provedor da Internet, 205
- 6.15 Da prescrição, 206
- 6.16 Da responsabilidade pelo vício do produto e serviço, 206
  - 6.16.1 A responsabilidade pelo vício como mera obrigação de garantia, 207
  - 6.16.2 A responsabilidade solidária, 210
  - 6.16.3 Particularidades da responsabilidade pelo vício do serviço, 211
  - 6.16.4 Os prazos de decadência, 212
- 7 A desconconsideração da personalidade jurídica, 214**
  - 7.1 A doutrina da desconconsideração no direito moderno, 214
  - 7.2 Da desconconsideração no CDC, 217

#### **Parte IV – Da Defesa do Consumidor em Juízo, 221**

#### **8 O direito fundamental à defesa, 223**

- 8.1 Nota prévia: um foro privilegiado para o consumidor?, 223
- 8.2 A defesa coletiva do consumidor, 224
- 8.3 Os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, 225
- 8.4 Os direitos difusos e coletivos, 226
- 8.5 Dos direitos individuais homogêneos, 229
- 8.6 Dos efeitos da sentença nas ações coletivas, 230
- 8.7 A ação individual perante a ação coletiva, 230

- 8.8 A ação individual já ajuizada face à ação coletiva, 231
- 8.9 Dos efeitos da coisa julgada favorável ao consumidor, 232
- 8.10 A coisa julgada na ação coletiva face à Lei nº 9.494/1997, 233
- 8.11 A execução dos julgados coletivos, 234
- 8.12 A liquidação da sentença, 235
- 8.13 A execução coletiva propriamente dita, 237

## **Parte V – Regulação de Mercado e Defesa Administrativa do Consumidor, 239**

### **9 A defesa administrativa do consumidor, 241**

- 9.1 Sistema nacional de defesa do consumidor, 241
- 9.2 Do poder de polícia dos Procons, 244
- 9.3 Do poder normativo das agências reguladoras, 247
- 9.4 Banco Central e agência reguladora, 249
  - 9.4.1 O Conselho Monetário Nacional como regulador do crédito, 251

## **Parte VI – Legislação e Jurisprudência, 253**

*Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, 255*

*Enunciados das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça Pertinentes à Defesa do Consumidor, 283*

*Referências, 289*